

Território e ocupação na Amazônia joanina (1707-1750): percursos historiográficos do século XXI

Rafael Chambouleyron

Universidade Federal do Pará
rafaelch@ufpa.br

Nas últimas décadas, a produção acadêmica sobre a região amazônica – escrita a partir de instituições nela localizadas ou em outros espaços, seja no resto do Brasil ou no exterior – tem se adensado significativamente. Esse processo, certamente, é fruto da expansão dos cursos de pós-graduação em História no Brasil do século XXI e do conseqüente lento processo de descentralização da produção acadêmica sobre a história do país. Com relação à região amazônica no período colonial, ou melhor, o antigo estado do Maranhão e Pará, houve um salto quantitativo e qualitativo da produção acadêmica neste século, multiplicando reflexões sobre os mais diversos aspectos da ocupação dessa vasta província da América portuguesa.

Em grande medida, esse vasto território corresponde à atual Amazônia brasileira, muito embora a sua territorialidade se estendesse para além da região amazônica como a conhecemos hoje, na sua porção oriental, ao incorporar as campinas do leste do Maranhão e do Piauí. Nesse sentido, talvez seja mais apropriado referir-se a ele, em termos mais contemporâneos, como incorporando as regiões do Norte e do Meio-Norte da América portuguesa, como uma maneira de dar conta da heterogeneidade e complexidade de suas conexões.

Neste texto, o meu objetivo é apresentar alguns percursos historiográficos que têm marcado, nos últimos anos, a produção acadêmica sobre o Norte e Meio-Norte da primeira metade do século XVIII, com relação aos problemas do território e da ocupação do espaço. Esse período foi, por muito tempo, negligenciado pela literatura, já que, em grande medida, situava-se entre dois períodos emblemáticos do ponto de vista historiográfico, que foram a chegada e curta permanência do padre Antônio Vieira no Maranhão e Grão-Pará (1653-1661) e o ministério pombalino e suas reformas na região amazônica (1751-1777).

“Refém” desses dois momentos, a Amazônia joanina (1707-1750) foi parcamente compreendida. A atual produção historiográfica mostra o quão intrincada é essa Amazônia joanina, e como não só ela se constrói com o início da expansão da sociedade colonial

amazônica, a partir de finais do século XVII, mas também o quanto é necessário compreender esse período para entender a real dimensão das chamadas reformas pombalinas.

Desde o final do século XVII e, principalmente, durante a primeira metade do século XVIII, há um importante processo de expansão em direção às margens leste e oeste do vasto estado do Maranhão e Pará. Esse é um contexto marcado, especialmente, pela guerra nas fronteiras. Podemos nos perguntar até que ponto a lógica econômica que caracterizou o estado do Maranhão ao longo do século XVII não teria chegado ao seu limite; a guerra parece ter sido uma saída para possibilitar a expansão daquela sociedade. Assim, se não há dúvida que a expansão das fronteiras tem uma dimensão política¹ (e até diplomática), ela também está entranhada em um modelo centrífugo de exploração econômica. Nesse sentido, a historiografia tem começado a aprofundar as múltiplas implicações desse processo de expansão territorial.

Nos vastos sertões do leste do Maranhão e do Piauí, no que poderíamos denominar de ocupação do vale do Parnaíba, é preciso destacar o que já há algum tempo a historiografia indicou como uma frente dupla de expansão, a primeira vinda do Estado do Brasil, mais precisamente da Bahia (e, em parte, ligada aos interesses da Casa da Torre), e a segunda organizada a partir de São Luís. Assim, autores têm ajudado a descortinar essa expansão no sentido leste-oeste.² Paralelamente, a historiografia tem dado ênfase às implicações desse processo para os grupos indígenas, visto que foi um período de intenso conflito com os grupos indígenas da região.³ Recentemente, examinaram-se esses conflitos a partir de outro eixo geográfico, não mais o vetor leste-oeste, mas a expansão por meio das guerras contra os

¹ Nos últimos anos, têm vindo à tona diversos trabalhos que exploram as dinâmicas políticas e de poder da Amazônia. Ver: SANTOS, Fabiano Vilaça dos. A reação dos "cidadãos" do Estado do Maranhão aos "maus procedimentos" do governador João da Maia da Gama (1722-1728). *Anais da XXIV Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba: SBPH, 2004. p. 149-155; SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Pedras do ofício: Alexandre de Sousa Freire e os jesuítas no Estado do Maranhão (1728-1732). *Anais da XXV Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Rio de Janeiro: SBPH, 2005. p. 275-282; DIAS, Joel Santos. *Os "verdadeiros conservadores" do Estado do Maranhão: poder local, redes de clientela e cultura política na Amazônia colonial (primeira metade do século XVIII)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Pará, Belém, 2008; ABREU, Eloy Barbosa de. *Dos tribunais ao Limoeiro: Gregório de Andrade e Afonseca e a Inquisição no Maranhão*. CHECHE, Marcelo; COSTA, Yuri (Orgs.). *Maranhão ensaios de biografias e história*. São Luís: Café & Lápis, 2011. p. 211-230; COSTA, Ariadne Ketini. *Uma "casa" irlandesa no Maranhão: estudo da trajetória da família Belfort, 1736-1808*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013; FEIO, David Salomão Silva. *O nó da rede de "apaniguados": oficiais das câmaras e poder político no Estado do Maranhão (primeira metade do século XVIII)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Pará, Belém, 2013; MELLO, Márcia Eliane Alves de Souza e. *Perspectivas sobre a "nobreza da terra" na Amazônia colonial*. *Revista de História (USP)*, n. 168, 2013. p. 26-68; SANTOS, Nivaldo Germano dos. *Discórdias da monarquia: os poderes régio e episcopal no Estado do Maranhão, 1677-1750*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014; SANTOS, Fabiano Vilaça dos. *Os capitães-mores do Pará (1707-1737): trajetórias, governo e dinâmica administrativa no Estado do Maranhão*. *Topoi*, v. 16, n. 31, 2015. p. 667-688.

² PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. *As Ruínas da Tradição: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila – Família e Propriedade no Nordeste Colonial*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003; SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

³ MEDEIROS, Ricardo Pinto de. *O descobrimento dos outros: povos indígenas do sertão nordestino no período colonial*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000; MACHADO, Paulo. *As trilhas da morte: extermínio e espolição das nações indígenas na região da bacia hidrográfica parnaibana piauiense*. Teresina: Corisco, 2002; CARVALHO, João Renôr Ferreira de. *Resistência indígena no Piauí colonial. 1718-1774*. Teresina: EdUFPI, 2008.

índios organizadas desde a cidade de São Luís.⁴ Essa é uma perspectiva que merece atenção, pois implica considerar as relações que se estabeleceram entre a capital litorânea e os sertões do gado no Maranhão e Piauí, tradicionalmente vistos como realidades desconectadas e quase opostas.

Infelizmente, a expansão da pecuária a partir de ou relacionada a São Luís, pelos sertões do Maranhão e do Piauí, durante a primeira metade do século XVIII, ainda é assunto pouco explorado pela historiografia. Alguns trabalhos que discutem as elites e os conflitos políticos no Maranhão têm abordado tangencialmente alguns aspectos desse processo.⁵ A historiografia indica uma relação entre as guerras contra os índios e os interesses particulares dos governadores, assim como há uma intrínseca relação entre guerras e doação de terras por parte dos governadores.⁶

A oeste do estado do Maranhão e Pará, podemos falar numa expansão multifacetada, diferentemente do que ocorre a leste. Em primeiro lugar, cito o notável incremento da concessão de terras nos rios que desembocam na baía situada em frente a Belém e também no arquipélago do Marajó. Em segundo lugar, a expansão em direção às fronteiras, que permitirá "interiorizar" ainda mais o domínio. Em terceiro lugar, atrelado a este último movimento, o estabelecimento de uma rota para as minas de Mato Grosso, pelos rios Madeira e Guaporé, que se consolida a partir da segunda metade do século XVIII e sobre a qual não me deterei aqui.⁷

Os poucos estudos que temos sobre a estrutura fundiária do Pará na primeira metade do século XVIII indicam a predominância da policultura, em terras pequenas e médias, dada a extensão do território e a oferta de terras devolutas.⁸ Onipresente na região está o cultivo da mandioca, que, recentemente, tem chamado atenção para o século XVIII.⁹ A expansão fundiária começa em finais do século XVII e se acelera ao longo da primeira metade do século XVIII.¹⁰ Essa "fronteira interna" também incluía o arquipélago do Marajó, notadamente a ilha

⁴ MELO, Vanice Siqueira de. *Cruentas guerras: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí* (primeira metade do século XVIII). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

⁵ DIAS, Joel Santos. *Op. cit.*; FEIO. *Op. cit.*

⁶ CHAMBOULEYRON, Rafael; MELO, Vanice Siqueira de. Governadores e índios, guerras e terras entre o Maranhão e o Piauí (século XVIII). *Revista de História (USP)*, n. 168, 2013, p. 167-200.

⁷ Para uma ideia geral deste processo, ver: SAMPAIO, Patrícia Melo. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia*. Manaus: EdUA, 2012, p. 162-172.

⁸ MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX. *Papers do NAEA*, n. 131, 2000; CUNHA, Ana Paula Macedo. *Engenhos e engenhocas: atividade açucareira no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1706-1750)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Pará, Belém, 2009; CHAMBOULEYRON, Rafael. Terras e poder na Amazônia colonial (séculos XVII-XVIII). *Actas do Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime*. Edição digital. Lisboa: IICT/CDI, 2012, CD-ROM, 1-12. Ver também: SANTOS, Marília Cunha Imbiriba dos. *Família, trajetória e poder no Grão-Pará setecentista: Os Oliveira Pantoja*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

⁹ CRUZ, Roberto Borges da. *Farinha de "pau" e de "guerra": os usos da farinha de mandioca no extremo norte (1722-1759)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

¹⁰ Para uma perspectiva do processo de ocupação com base no estudo da cultura material, ver: COELHO, Rui Gomes; MARQUES, Fernando. Processo de *contato* e primórdios da colonização na baixa bacia do Amazonas. Séculos XVI-XVIII. *Velhos e novos mundos. Estudos de arqueologia moderna*, v. 1, 2012. p. 277-284.

grande de Joanes, que assiste ao início da concessão de terras, principalmente para a criação do gado, ao longo da primeira metade do século XVIII, inclusive com diversos currais pertencentes a ordens religiosas.¹¹ Além disso, a primeira metade do século XVIII assiste ao início de uma tentativa mais sistemática de exploração de recursos florestais como a madeira.¹²

Para além das sesmarias, a bibliografia tem também indicado um mundo rural, feito de referências indiretas ao cultivo e às roças sem, necessariamente, implicar a concessão de terras, que ainda é preciso desvendar; há, portanto, algo que poderíamos denominar de uma "ruralidade invisível", feita de roças de índios, mestiços, desertores, que, pelo menos para a primeira metade do século XVIII, ainda aguarda um estudo mais aprofundado e sistemático.¹³ Outro aspecto da ocupação territorial é o papel de núcleos agregadores que passam a ter as aldeias missionárias (ou aldeamentos, numa acepção mais contemporânea), onde se desenvolve uma economia rural (cuja natureza ainda precisa ser aprofundada, principalmente quanto ao século XVIII), e que, como apontam diversos autores, torna-se base das reformas urbanas pombalinas.¹⁴ As missões dos padres têm igualmente um papel importante de domínio territorial, como, aliás, a historiografia clássica já mostrou, ao construir uma rede de aldeias conectadas nos sertões do Pará. Nos últimos anos, felizmente, têm vindo à luz trabalhos sobre diversas "religiões" que não apenas a Companhia de Jesus, tradicionalmente estudada.¹⁵

¹¹ SOARES, Eliane Cristina Lopes. *Família, compadrio e relações de poder no Marajó (séculos XVIII e XIX)*. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010; NEVES NETO, Raimundo Moreira das. *Um patrimônio em contendas: os bens jesuíticos e a magna questão dos dízimos no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1650-1750)*. Jundiá: Paco Editorial, 2013.

¹² BATISTA, Regina Célia Corrêa. *Dinâmica Populacional e Atividade Madeireira em uma vila da Amazônia: A Vila de Moju 1730-1778*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

¹³ MELO, Vanice Siqueira de. *Op. cit.*, 51-63; VIANA, Wania Alexandrino. *A "gente de guerra" na Amazônia colonial. Composição e mobilização de tropas pagas na capitania do Grão-Pará (primeira metade do século XVIII)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Pará Belém, 2013, 110-130; CHAMBOULEYRON, Rafael. *Sesmarias dadas a índios no Pará e no Maranhão (século XVIII)*. *Revista Ultramares*, v. 5, n. 1, 2014, p. 137-148. Não há dúvida que há aqui uma conexão remota com o desenvolvimento de uma reflexão contemporânea sobre a "sociedade cabocla".

¹⁴ GUZMÁN, Décio de Alencar. *Constructores de ciudades: mamelucos, indios y europeos en las ciudades pombalinas de la Amazonia (siglo XVIII)*. GARCIA, Clara; MEDINA, Manuel Ramos (Orgs.). *Ciudades mestizas: intercambios y continuidades en la expansión occidental. Siglos XVI a XIX*. Actas del 3er Congreso Internacional Mediadores Culturales. México: Centro de Estudios de Historia de México, 2001. p. 89-99; ARAÚJO, Renata. *A razão na selva. Pombal e a reforma urbana na Amazônia*. *Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, n. 15-16, 2003, p. 151-165; COELHO, Mauro Cezar. *O imenso Portugal: vilas e lugares no vale amazônico*. *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 1, n. 1, 2008, p. 263-282; TELES, Alves, Dysson. *Urbanização e Cultura na Amazônia do século XVIII: índios e brancos em Barcelos*. Dissertação (Mestrado de História). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

¹⁵ CARVALHO JUNIOR, Roberto Zahluth de. *Espíritos inquietos e orgulhosos. Os Frades Capuchos na Amazônia Joanina (1706-1751)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Pará, Belém, 2009; AMORIM, Maria Adelina de Figueiredo Baptista. *A missionação franciscana no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1622-1750)*. *Agentes, estrutura e dinâmica*. Tese (Doutorado em História). Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011; PERDIGÃO, Jordan Lima. *Os Carmelitas na Amazônia ocidental: as missões carmelitas na colonização da Amazônia portuguesa ocidental (séculos XVII e XVIII)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013; MATOS, Frederik Andrade de. *Os "Frades Del Rei" nos sertões amazônicos: os capuchos da Piedade na Amazônia colonial (1693-1759)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Pará, Belém, 2014; CARVALHO JUNIOR, Roberto Zahluth de. *"Dominar homens ferozes": missionários carmelitas no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1686-1757)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Sobre a territorialidade da Igreja secular, ver: CORRÊA, Márcio Ferreira Nery. *Territorialidade católica na*

Como tem mostrado recente bibliografia, o desenvolvimento de uma base agrícola, entretanto, está intimamente conectado a outro processo de expansão em direção às fronteiras. Temos aqui que distinguir duas grandes regiões:

De um lado, há a área compreendida entre a fortaleza do Gurupá (na confluência entre os rios Amazonas e Xingu), a ilha de Joanes e o Cabo do Norte. A principal consternação dos portugueses aqui era a ameaça dos franceses de Caiena. Não sem razão, como tem apontado a historiografia, as diversas missões e os aldeamentos franciscanos estabelecidos na ilha de Joanes tinham também uma função estratégica. O mesmo se pode dizer das diferentes tentativas de proteção do Cabo do Norte.¹⁶

De outro lado, e principalmente, a vasta fronteira oeste, que lindava com as missões castelhanas jesuíticas, que se tornara o principal alvo das jornadas portuguesas de devassamento do sertão em busca de drogas e de índios; processo que também tem sido estudado do "outro lado" da fronteira.¹⁷ A eliminação da barreira estabelecida pelos índios Manao no Rio Negro, na década de 1720, possibilitou uma significativa expansão, pelos rios da região, das tropas de resgate de escravos e das canoas que buscavam as drogas do sertão. Como tem mostrado a historiografia, esse processo permitiu o alargamento das regiões de fornecimento de escravos e, conseqüentemente, do próprio domínio português.¹⁸ Assim, para

Amazônia: um exercício de periodização. *Espaço e Cultura*, n. 21, 2007, p. 35-40. Sobre o bispado do Maranhão, ver: MENDONÇA, Pollyanna Gouveia. "Parochos imperfeitos": justiça eclesiástica e desvios do clero no Maranhão colonial. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

¹⁶ GOMES, Flávio dos Santos. A "Safe Haven": Runaway Slaves, Mocambos, and Borders in Colonial Amazonia, Brazil. *Hispanic American Historical Review*, v. 82, n. 3, 2002, p. 469-498; ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth; GOMES, Flávio dos Santos. Reconfigurações coloniais: tráfico de indígenas, fugitivos e fronteiras no Grão-Pará e Guiana francesa (séculos XVII e XVIII). *Revista de História* (USP), n. 149, 2003, p. 69-107; REZENDE, Tadeu Valdir de Freitas. *A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 131-144; PATELLO, Cecília Cunha dos Santos. "Que se observe inviolavelmente a dita disposição": as relações entre Portugal e França após o Tratado de Utrecht (1713-1727). Monografia (História). Universidade Federal do Pará, Belém, 2010; GOMES, Flávio dos Santos. Africanos, tráfico atlântico y cimarrones en las fronteras entre la Guyana francesa y la América portuguesa, siglo XVIII. *Fronteras de la Historia*, v. 16, n. 1, 2011, p. 152-175; BARARUA, Marcus Vinicius Valente; CHAMBOULEYRON, Rafael. Cabo do Norte: conflitos e territorialidade (XVII-XVIII). *Revista Estudos Amazônicos*, v. X, n. 1, 2014, p. 255-278. Ver também: HULSMAN, Lodewijk A.H.C. Las Guyanas holandesas en América Latina (1600-1814). *Procesos: revista ecuatoriana de historia*, n. 41, 2015, p. 13-34.

¹⁷ Ver, por exemplo: TORRES-LONDOÑO, Fernando. Visiones jesuíticas del Amazonas en la Colonia: de la misión como dominio espiritual a la exploración de las riquezas del río vistas como tesoro. *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, v. 39, n. 1, 2012, p. 183-213; GÓMEZ GONZÁLEZ, Juan Sebastián. Contra un enemigo infernal. Argumentos jesuíticos en defensa de la Amazonia hispánica: provincia de Maynas, 1721-1739. *Fronteras de la Historia*, v. 17, n. 1, 2012, p. 167-194; GÓMEZ GONZÁLEZ, Sebastián. Invasores portugueses y reacciones jesuíticas en la disputa por una frontera americana. Maynas, 1700-1711. REYES CÁRDENAS, Ana Catalina; MONTOYA GUZMÁN; Juan David; GÓMEZ GONZÁLEZ, Sebastián (Orgs.). *El siglo XVIII americano. Estudios de Historia Colonial*. Medellín: Universidad Nacional de Colombia, 2013, p. 85-123; GÓMEZ GONZÁLEZ, Sebastián. *Frontera selvática: Españoles, portugueses y su disputa por el noroccidente amazónico, siglo XVIII*. Bogotá: ICANH, 2014; CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. Mediadores do sagrado: os auxiliares indígenas dos missionários nas reduções jesuíticas da Amazônia ocidental (c. 1638-1767). *Revista de História* (USP), n. 173, 2015, p. 175-210.

¹⁸ PURPURA, Christian. *Formas de existência em áreas de fronteira: a política portuguesa do espaço e os espaços de poder no oeste amazônico (séculos XVII a XVIII)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006; GUZMÁN, Décio de Alencar. Encontros circulares: guerra e comércio no Rio Negro (Grão-Pará), séculos XVII e XVIII. *Anais do Arquivo Público do Pará*, v. 5, tomo 1,

a primeira metade do século XVIII, há uma dimensão territorial importante do tráfico de escravos que ainda precisa ser aprofundada na sua complexidade e heterogeneidade, pois os “sertões” eram muitos.¹⁹

Do ponto de vista de uma dinâmica econômica mais ampla, os movimentos centrífugos que venho descrevendo, aqui, não se explicam senão também em razão da constituição da base agrícola a que me referi inicialmente. Isso por duas razões. De um lado, o cultivo da mandioca e da cana-de-açúcar fornecia dois elementos indispensáveis em qualquer jornada ao sertão: farinha e aguardente. De outro, as jornadas permitiam o descimento de índios livres que compunham a população das aldeias missionárias (eventualmente, repartidos entre os moradores) e de escravos e também índios livres que trabalharam nas missões e nas terras dos brancos. Em texto recente, Nírvia Ravena e Rosa Acevedo Marin defendem uma complementaridade entre abastecimento e extrativismo, construída, principalmente, a partir das aldeias missionárias.²⁰

Creio tratar-se de uma dinâmica mais complexa, pois, justamente o período de expansão agrícola é também um período de desenvolvimento, principalmente, da lavoura do cacau e também do café, produtos que tinham como principal mercado a Europa. Igualmente, muitos dos produtos cultivados e coletados, como o açúcar, o cacau, o cravo e o algodão (no Maranhão), serviram de moeda corrente até meados do século XVIII.²¹ Assim, ainda é necessário avançar mais no sentido de desvendar essas relações. De qualquer modo, o que interessa, aqui, como tem apontado a bibliografia da primeira metade do século XVIII, é uma íntima conexão entre a zona agrícola, o sertão, as drogas e a obtenção de trabalhadores (livres ou escravos). Na Amazônia, o *sertão* (pois assim se chamava o interior do território) e o *litoral* (pelo menos a cidade de Belém, que se conectava diretamente com a África equatorial e o reino), diferentemente da interpretação clássica sobre a formação do Brasil, estavam intimamente conectados e constituíam partes inseparáveis de uma mesma lógica de ocupação do espaço.

Felizmente, a historiografia tem avançado no que diz respeito ao problema da mão de obra indígena na Amazônia da primeira metade do século XVIII. Nos últimos anos, a bibliografia tem descortinado as múltiplas relações e os interesses envolvidos, inclusive e, principalmente, dos índios. Mais ainda, esses diversos trabalhos têm revelado a dimensão

2006, p. 139-65; SANTOS, Francisco Jorge dos. *Nos confins ocidentais da Amazônia portuguesa*. Mando metropolitano e prática do poder régio na Capitania do Rio Negro no século XVIII. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012; PERDIGÃO. *Op. cit.*; DIAS, Camila Loureiro. *L'Amazonie avant Pombal*. Politique, Economie, Territoire. Tese (Doutorado em História e Civilizações). Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, 2014; CARVALHO JUNIOR. “Dominar homens ferozes”. *Op. cit.*

¹⁹ SOMMER, Barbara A. Colony of the *sertão*: Amazonian expeditions and the Indian slave trade. *The Americas*, v. 61, n. 3, 2005. p. 401-28.

²⁰ RAVENA, Nírvia; ACEVEDO MARIN, Rosa Elisabeth. Teia de relações entre índios e missionários a complementaridade vital entre o abastecimento e o extrativismo na dinâmica econômica da Amazônia Colonial. *Varia Historia*, v. 29, n. 50, 2013, p. 395-420. Ver também: DIAS. *L'Amazonie avant Pombal*. *Op. cit.*

²¹ LIMA, Alam da Silva. *Do “dinheiro da terra” ao “bom dinheiro”*. Moeda natural e moeda metálica na Amazônia colonial (1706-1750). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

territorial do problema de obtenção e uso de trabalhadores indígenas ou livres na Amazônia colonial.²²

A Amazônia joanina revela-se, assim, um mundo complexo que os historiadores começam a desvelar neste século XXI, seguindo os passos de historiadores pioneiros do Brasil e do exterior, como João Lúcio de Azevedo, Arthur Cezar Ferreira Reis e David Graham Sweet.

Rafael Chamboleyron: Graduado em História pela Universidade Estadual de Campinas (1991), mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (1994) e doutor em História pela University of Cambridge (2005). Atualmente, é professor associado da Universidade Federal do Pará, atuando no curso de graduação em História e no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social da Amazônia atuando, principalmente, nos seguintes temas: 1) território, ocupação e povoamento da Amazônia colonial; 2) natureza, economia e trabalho na Amazônia colonial; 3) século XVII e primeira metade do século XVIII.

²² Para uma produção dos últimos anos, ver: SOMMER, Barbara A. *Op. cit.*; WRIGHT, Robin. A Escravidão Indígena no Noroeste Amazônico. *História indígena e do indigenismo no Alto Rio Negro*. Campinas: Mercado de Letras/ISA, 2005, p. 27-82; MELLO, Márcia Eliane Alves de Souza e. Desvendando outras Franciscas: Mulheres cativas e as ações de liberdade na Amazônia colonial portuguesa. *Portuguese Studies Review*, v. 13, n. 1, 2005, p. 1-16; CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *Índios cristãos: a conversão dos índios na Amazônia portuguesa (1653-1769)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005; MELLO, Márcia Eliane Alves de Souza e. "Para servir a quem quiser": apelação de liberdades dos índios na Amazônia Portuguesa. SAMPAIO, Patrícia Mello; ERTHAL, Regina de C. (Orgs.). *Rastros da Memória: histórias e trajetórias das populações indígenas na Amazônia*. Manaus: EdUA, 2006, p. 48-72; GUZMÁN, Décio de Alencar. A colonização nas Amazônias: guerras, comércio e escravidão nos séculos XVII e XVIII. *Revista Estudos Amazônicos*, v. III, n. 2, 2008, p. 103-39; PORRO, Antônio. Notas sobre o antigo povoamento indígena do alto Trombetas e Mapuera. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 3, n. 3, 2008, p. 387-397; PORRO, Antônio. A relação de Jacinto de Carvalho (1719), um texto inédito de etnografia amazônica. *Somanlu. Revista de Estudos Amazônicos*, v. 9, n. 1, 2009, p. 161-180; MELLO, Márcia Eliane Alves da Silva. *Fé e império: as Juntas das Missões nas conquistas portuguesas*. Manaus: EdUA, 2009; DIAS, Camila Loureiro. *Civilidade, cultura e comércio: os princípios fundamentais da política indigenista na Amazônia (1614-1757)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009; MELLO, Márcia Eliane Alves da Silva. A paz e a guerra: as Juntas das Missões e a ocupação do território na Amazônia colonial do século XVIII. RUIZ-PEINADO ALONSO, José Luis; CHAMBOULEYRON, Rafael (Orgs.). *T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. Belém: Açai, 2010, p. 85-97; ANDRELLO, Geraldo. Escravos, descidos e civilizados: índios e brancos na história do rio Negro. *Revista Estudos Amazônicos*, v. V, n. 1, 2010, p. 107-144; NEVES, Tamyris Monteiro. O lícito e o ilícito: a prática dos resgates no Estado do Maranhão na primeira metade do século XVIII. *Revista Estudos Amazônicos*, v. VII, n. 1, 2012, p. 253-273; DIAS. *L'Amazonie avant Pombal. Op. cit.*; BOMBARDI, Fernanda Aires. *Pelos interstícios do olhar do colonizador: descimentos de índios no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1680-1750)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014; HARRIS, Mark. Sistemas regionais, relações interétnicas e movimentos territoriais – os Tapajó e além na história ameríndia. *Revista de Antropologia*, v. 58, n. 1, 2015, p. 33-64.